



Prof. Juliano Marques

A LUTA PELO DOMÍNIO DO TERRITÓRIO E A CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA COLONIAL

1. A LUTA PELO DOMÍNIO DO TERRITÓRIO.

Ocupar o Brasil significava muito trabalho braçal: derrubar florestas, construir casas e engenhos de cana-de-açúcar, preparar e cultivar a terra etc. Para esses serviços, os colonos portugueses pretendiam usar os indígenas como mão-de-obra.

Cada donatário empregou um método no trato com os nativos. Alguns colonos atraíam os indígenas enganando-os com promessas de presentes e vida livre e acabavam vendendo-os como escravos. Outros, como os colonos de Pernambuco e Itamaracá, atacaram as aldeias e expulsaram os indígenas da região. Na Bahia, o governador-geral, Tomé de Souza, aliou-se às tribos amigas, que forneciam aos colonos alimentos e mão-de-obra, além de lutarem contra as tribos hostis. Em São Vicente, houve fusão de povos e culturas: a maior parte dos vicentinos eram mamelucos e, até o século XVIII, o tupi era a língua mais falada na capitania.

Os jesuítas vieram para o Brasil com a missão de catequizar e educar os indígenas. Para isso, aprenderam seus costumes e língua. Os indígenas convertidos eram levados para as missões, onde aprendiam a doutrina cristã, a ler, a escrever e a contar.

As missões se espalharam por todo o território brasileiro, avançando muito além do meridiano de Tordesilhas. Os indígenas das missões tinham sua liberdade garantida por lei. Podiam ser requisitados para trabalhar para os colonos mediante remuneração, bom tratamento e tempo de serviço fixado. O trabalho missionário colaborou com a colonização do Brasil, pois facilitou a ocupação e a defesa do território e garantiu uma reserva constante de mão-de-obra.

Os indígenas que impediam a ação dos missionários, praticavam violências contra os colonos ou quebravam acordos de paz eram considerados inimigos. Contra eles permitia-se a escravidão e a chamada “guerra justa”, como a que Mem de Sá, terceiro governador-geral, promoveu contra os Caeté, em 1562.

Constitui exemplo da resistência indígena contra os colonizadores a Confederação dos Tamoios, organizada pelos Tupinambá contra os portugueses, que reunia várias tribos do litoral entre as atuais cidades de Cabo Frio (RJ) e São Vicente (SP). Os Tupinambá aliaram-se aos franceses, que, nessa época (1555-1567), ocupavam as ilhas do Rio de Janeiro. Foi necessária a intervenção dos jesuítas Manuel da Nóbrega e José de Anchieta para pacificar os Tupinambá. Mas, no final, os indígenas acabaram massacrados, e os franceses, expulsos.

2. O BRASIL COLONIAL

Durante toda a fase colonial brasileira, houve sempre um produto em torno do qual se organizava a maior parte da economia. A importância de determinado produto crescia até alcançar o apogeu e, depois, entrava em decadência. Embora sua produção continuasse, surgia outro produto que entrava rapidamente em ascensão, substituindo em importância o anterior.

Esse mecanismo repetitivo levou muitos historiadores a usarem a denominação de ciclo econômico para o estudo do

período colonial, identificando o ciclo do pau-brasil (século XVI), o da cana de açúcar (séculos XVI e XVII) e, mais tarde, o da mineração (século XVIII). Contudo, é importante observar os limites do nome ciclo

3. A LAVOURA CANAVIEIRA

Como colônia de Portugal, o Brasil deveria dar lucros e atender às necessidades do rei, dos nobres e dos comerciantes da Metrópole. No século XVI, como aqui não se descobriram riquezas minerais (ouro, prata ou pedras preciosas), a Coroa decidiu incentivar a produção de açúcar, que apresentava bons preços e consumo crescente na Europa. Além disso, os portugueses possuíam experiência nessa lavoura, e o Brasil apresentava condições favoráveis: muita terra, solo fértil, clima quente e úmido

Em quase todas as capitanias, implantaram-se canaviais e engenhos, mas muitos fracassaram. Por volta de 1550, somente São Vicente, Porto Seguro, Ilhéus e, principalmente, Bahia e Pernambuco tinha uma produção significativa

Para garantir o máximo de rendimento e atender ao mercado externo, plantava-se quase exclusivamente cana-de-açúcar, em grande quantidade (monocultura). A lavoura canavieira demandava grandes extensões de terra: os latifúndios. O rei de Portugal autorizou os donatários e os governadores gerais a doarem sesmarias para a implantação da agricultura extensiva de cana somente aqueles colonos cristãos que tivessem recursos para explorá-los.

Os custos para instalar uma fazenda de cana eram altos. O colono português devia pagar sua viagem ao Brasil, os gastos com a construção da casa-grande, da senzala e do engenho, o maquinário e as ferramentas, as mudas de cana e a mão de obra. Tinha também de garantir o seu sustento e de seus trabalhadores durante os meses que esperava até a colheita, a produção e a venda do açúcar.

O engenho compreendia as máquinas e as instalações em que o açúcar e o aguardente (pinga) eram fabricados. Além disso, incluía equipamentos caros, como moendas, vasilhas de cobre e fornalhas. Eram usados, também, animais de tração (bois) para transportar a cana até o engenho e para movimentar as moendas e muita lenha para alimentar as fornalhas, onde se cozinhava o caldo de cana. No engenho, além dos escravos, trabalhavam alguns assalariados, técnicos especializados, como o mestre de açúcar e o feitor-mor.

Poucos colonos possuíam capital para montar um engenho. A maioria, mesmo dispendo de grandes extensões de terra e de muitos escravos, ocupava-se apenas do plantio da cana-de-açúcar dependendo dos senhores de engenho para moê-las.

4. O REINADO DO AÇÚCAR

Sem dinheiro suficiente para os gastos com a lavoura canavieira e o fabrico do açúcar, os senhores de engenho tomaram empréstimos dos holandeses. Durante os séculos XVI e XVII, parte do transporte do açúcar entre Brasil e Portugal era feito por navios holandeses. O rei de Portugal tinha acordos comerciais e divididas com os banqueiros e comerciantes de Amsterdã e Antuérpia, grandes centros financeiros e mercantis da época. Para lá seguia o açúcar brasileiro a fim de ser refinado e, depois, vendido aos mercados europeus. Os holandeses vendiam o açúcar refinado ficando com a maior parte do lucro do açúcar.

Ao soberano português cabiam os impostos pagos pelos colonos e comerciantes e o direito ao monopólio do comércio com a colônia. O comércio colonial rendia muito aos cofres

da Coroa. Tudo o que os colonos precisavam vinha de Portugal: tecidos, ferramentas, utensílios domésticos, material para construção, velas e outros. Portanto, o dinheiro obtido com a venda da cana-de-açúcar acabava não ficando no Brasil, pois era gasto com a compra de produtos portugueses. O tráfico de escravos africanos era outra fonte de renda do rei.

Entre 1550 a 1650, o Brasil foi o maior produtor mundial de açúcar. As lavouras mais produtivas eram as do Nordeste, especialmente as de Pernambuco. A cana-de-açúcar estimulou outras atividades econômicas no Brasil, como a pecuária.

O gado, além de ser usado como alimento, era a força de tração para transporte e moagem da cana. Inicialmente, os bois eram criados nas próprias fazendas, depois, como os fazendeiros precisaram usar toda a terra para o plantio da cana, o gado passou a ser criado no sertão, longe das fazendas. Com isso, a ocupação do Brasil começou a se interiorizar. A pecuária utilizava poucos trabalhadores e instalações simples, o que atraiu os colonos com menos recursos. A produção de carne seca ou salgada e de couro destinava-se ao mercado interno.

A economia açucareira também estimulou a lavoura de tabaco. O fumo, nativo da América, foi levado para a Europa no século XVI e seu uso logo se difundiu. Cultivado no Recôncavo Baiano, era exportado em rolos para Portugal e para a África, onde era trocado por escravos.

Para o consumo dos moradores das fazendas e vilas eram plantados gêneros de subsistência, como mandioca, arroz, milho e feijão. Muitos indígenas também se ocuparam desse tipo de lavoura e ensinaram os portugueses a cultivar plantas nativas do Brasil. Os indígenas também trocavam com os colonos produtos artesanais, como redes, cestas e cerâmicas.

4. A ÁFRICA E O COMÉRCIO DE ESCRAVOS

No Brasil, os colonos optaram, inicialmente, pela escravização dos indígenas. A partir de meados do século XVI, contudo, os nativos foram sendo substituídos por africanos escravizados, por três motivos.

- » O extermínio de muitos povos indígenas do litoral e a fuga dos sobreviventes para o interior, o que dificultava a sua captura;
- » O interesse da Coroa e dos comerciantes no rendoso tráfico de escravos africanos;
- » O aumento das receitas reais com as taxas pagas no embarque e desembarque dos negros na África e no Brasil

Os colonos perceberam, também, outras vantagens no emprego da mão-de-obra africana: eles tinham menos chance de fugir, pois desconheciam a língua e o lugar para onde eram levados; e os portugueses podiam estabelecer relações pacíficas com os indígenas e livrar-se de seus ataques. Do século XVII em diante, o número de africanos escravizados superou o de indígenas como mão-de-obra.

Nos reinos africanos, a escravidão era um costume muito antigo. Os prisioneiros de guerra eram escravizados e incorporados às famílias do grupo que os capturavam, aumentando sua força de trabalho. Os portugueses e, depois, os espanhóis, os ingleses, os holandeses e os franceses aproveitaram-se desses costumes oferecendo aos reinos africanos pólvora, fuzis, cavalos, fumo, tecidos e ferramentas em troca de escravos.

Os traficantes europeus estabeleceram-se em feitorias no litoral africano sob o consentimento dos Reis e dos chefes locais que lhes cobravam tributos e os proibiam o acesso ao interior. Os brancos eram também impedidos de cultivar a

terra, o que os obrigava a adquirir alimentos e, às vezes, até água da gente local. Dessa forma, os reinos africanos mantiveram, por séculos, um firme controle sobre seus domínios.

Poderosos reinos como Benin, Daomé, Ashanti e Congo tornaram-se importantes fornecedores de escravos. Seus guerreiros atacavam povos vizinhos e levavam os prisioneiros amarrados até as feitorias no litoral, onde eram embarcados em navios chamados negreiros ou tumbeiros. Um navio grande levava, em média, 400 prisioneiros amontoados, mal alimentados e em péssimas condições de higiene. Durante a viagem para o Brasil, que durava entre 40 e 60 dias, chegavam a morrer cerca de 20% deles, atingidos por disenteria, desidratação, escorbuto (causada pela falta de vitamina C) ou banzo. Ainda assim, os traficantes lucravam muito: na América, africanos escravizados eram vendidos por preço 10 vezes superiores a todas as despesas de sua aquisição na África.

5. A VIDA DO ESCRAVO NO BRASIL

Nas feitorias africanas ou nos navios tumbeiros, os negros cativos eram batizados e recebiam um nome cristão, que era registrado pelo traficante. Desembarcavam nos portos brasileiros (Recife, Salvador e Rio de Janeiro) e ficavam em armazéns à espera de compradores. Eram examinados como se fossem bichos, contados por peça e identificados como “macho”, “femea”, filhote ou cria. A maioria era de homens, e os jovens alcançavam preços maiores.

Os recém-chegados, que não conheciam a língua, eram chamados de “bocais”. Quando se adaptavam aos costumes dos colonos aprendiam a língua, passavam a ser denominados “ladinos” e custavam mais caro. Os nascidos no Brasil eram chamados de “crioulos”.

Por quase 400 anos, o Brasil foi um país escravista. Eram os escravos que realizavam praticamente todo o trabalho: na lavoura, nas casas, na exploração mineira, nos serviços urbanos e no transporte de pessoas e mercadorias. Trabalhavam até o limite máximo de suas forças. Nos engenhos, por exemplo, a jornada diária de trabalho durava de 14 a 17 horas, sob a vigilância dos feitores, que tinham ordens de castigar os “preguiçosos”.

Os castigos, aplicados em público para servir de exemplo aos demais, eram cruéis: açoite, amputações, palmatória, tronco, máscaras e coleira de ferro, correntes com peso. O castigo físico era considerado um direito e um dever dos senhores.

Os escravos das cidades tinham uma vida diferente daquela dos que trabalhavam nas fazendas e nos engenhos. Além de realizarem todos os trabalhos manuais e servirem de besta de carga, eram uma fonte de riquezas importante para seus senhores, pois exerciam ofícios recebendo remuneração que era revertida para seus donos. Eram chamados, por isso, de escravos de ganho.

Eles conseguiam, às vezes, guardar parte dos rendimentos que recebiam e, assim, após décadas de poupança, era possível a alguns comprar a sua liberdade. Houve cativos que adquiriram escravos que, com seu trabalho, auxiliaram seus donos a alcançar a alforria.

Os escravos reagiram de diversas formas a escravidão: com vinganças contra os feitores, sabotagens, revoltas e fugas. Mas havia também os que conseguiam fugir e formar quilombos. O maior deles foi o Quilombo dos Palmares (na região dos atuais estados de Alagoas e Pernambuco) que conseguiu reunir cerca de 50 mil quilombolas entre 1630 a 1695.